

“CUANDO HICIMOS HISTORIA”:

TESTEMUNHOS E HISTÓRIA
SOBRE A UNIDADE POPULAR

Carolina Amaral de Aguiar¹

Pouco antes de publicar *A era dos extremos*, no início dos anos 1990, Eric Hobsbawm refletiu sobre o fato de ter vivido grande parte dos acontecimentos, direta ou indiretamente, sobre os quais escrevia. No artigo intitulado “O presente como história”², ao constatar que sua vida coincide com o período sobre o qual se debruça, o autor identifica na pesquisa sobre “nosso próprio tempo” uma simultaneidade entre a experiência individual e a experiência coletiva, encontrada especialmente nas abordagens de historiadores mais velhos. Sem privilegiar o trabalho de uma geração em relação a outra, ele afirma, contudo, que um jovem historiador necessita, para se aproximar de seu objeto, “esforço da imaginação, uma disposição em suspender crenças baseadas em sua experiência própria de vida, e um considerável trabalho de pesquisa”³.

Correlata à experiência, central nessa argumentação de Hobsbawm, está o efeito da passagem do tempo sobre a perspectiva do historiador. Além da questão geracional, certos processos históricos alteram estruturas estabelecidas, modificando a maneira de olhar para determinados acontecimentos. Na história mais recente, é emblemático o período após 1989-1991: com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, o socialismo passou a ser visto, hegemonicamente, como um projeto fracassado. Dessa maneira, Hobsbawm conclui seu artigo com uma espécie de desabafo proferido por um velho historiador que já viveu por quase um século e testemunhou realidades distintas: “[...] à medida que o século termina, o mundo está mais cheio de pensadores derrotados preocupados com uma variedade muito ampla de insígnias ideológicas que de pensadores triunfantes – principalmente entre aqueles com idade suficiente para terem longas memórias”⁴.

No caso dos estudos sobre a Unidade Popular (UP), aliança de partidos de esquerda que governou o Chile no início dos anos 1970, grande parte das análises políticas posteriores ao período foram realizadas por pessoas que participaram diretamente das decisões tomadas pelo governo de Salvador Allende, como este artigo busca analisar. Isso faz com que muitos livros sobre o assunto, especialmente aqueles situados politicamente à esquerda, integrem experiências individuais e coletivas, já que seus autores são testemunhas e protagonistas dos fatos históricos. Além disso, a passagem do tempo, ou o desfecho dos acontecimentos, influi nas abordagens: com o golpe de 1973 e a ditadura por ele instaurada, esses autores-protagonistas se tornaram também “pensadores derrotados”.

Muitas das reflexões sobre a UP condizem com o papel atribuído por Walter Benjamin à experiência e sua relação com o conhecimento histórico. A imagem do “anjo da história” (recuperada por Benjamin da tela *Angelus Novus* (1920) de Paul Klee), que deseja a volta ao passado em ruínas ao mesmo tempo em que é levado pelo “progresso” ao futuro, poderia ser a de um “pensador derrotado” que reconhece que a catástrofe de outrora continuará no fundo da trajetória das próximas gerações. Esse saber experimentado concede ao estudo historiográfico uma função redentora que interliga temporalidades distintas, como o autor propõe em “Sobre o conceito da história”⁵, da mesma forma que a narrativa exerce o papel de intercambiar experiências entre as gerações:

Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na Terra está à nossa espera⁶.

Concedendo ao conhecimento do passado uma função messiânica e ao estudo positivista responsabilidade pela emergência do fascismo, Benjamin encara a memória trazida pela história como um espaço de luta política. Para ele, os dominantes são herdeiros diretos das gerações que “venceram antes” e o historiador deve levar em conta essa herança: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. A importância de retomar as experiências passadas aumenta à medida que esse ato pode restaurar um tempo histórico no qual as utopias ainda não estavam derrotadas e, com isso, fortalecê-las no presente.

Nas teses de Benjamin aparecem, dessa forma, duas preocupações inerentes ao ofício do historiador, principalmente ao estudioso do tempo presente: a questão da subjetividade e a da memória. Esses conceitos envolvem também os estudos sobre a Unidade Popular, já que seus autores, enquanto protagonistas, fazem o esforço de não esquecer o que se passou. Rememorar, portanto, é uma maneira de denunciar o inimigo que está no poder e o meio utilizado por ele para estar nessa posição: o uso da violência. Em sentido inverso, lembrar pode ser também realizar uma autorreflexão, ou seja, identificar os erros internos que impediram a continuidade do governo Allende, como ocorre em algumas das obras analisadas neste artigo. Dessa forma, a historiografia sobre o período recorre constantemente ao campo da memória, reafirmando a presença dos autores na cena dos fatos para reforçar constatações políticas, econômicas e sociais das análises reflexivas.

O esforço da rememoração e de sua narrativa, realizado por atores políticos ligados à Unidade Popular, provém do reconhecimento da memória como uma zona de conflitos, quando relacionada ao conhecimento histórico. Em muitos estudos⁷ sobre a relação entre memória e história aparece a ideia de que o que se lembra e o que se esquece envolvem ideologias, grupos e classes sociais distintos. Nesse caso, para compreender os debates em torno do governo Allende e de seu trágico desfecho (do ponto de vista das esquerdas e da defesa da democracia), é necessário também verificar o lugar do qual falam seus autores, com quem eles dialogam e que posições políticas representam – tanto no momento da ocorrência dos fatos como no da constituição do relato.

Esse exercício é necessário, pois, como campo de batalha, a memória se relaciona intrinsecamente à experiência. Para Walter Benjamin ela é a musa da narrativa, que é a maneira pela qual as gerações podem aprender com seus antepassados. Dessa forma, contar o que se viveu contribui para a perpetuação de uma sabedoria, passada aos mais jovens por meio do relato. Entretanto,

o autor, no artigo “O narrador”⁸, identifica em seu tempo uma desvalorização da experiência, fruto da desmoralização dessa esfera causada pelos horrores da Primeira Guerra Mundial. Para Benjamin, as condições radicais às quais o corpo humano foi exposto teriam silenciado o conhecimento transmitido de pessoa a pessoa. Portanto, também a memória e sua dimensão para a história estariam prejudicadas.

Analisando as constatações de Benjamin, Beatriz Sarlo percebe inversões nesse processo ao abordar as ditaduras latino-americanas das últimas décadas do século XX. De acordo com a autora, o “emudecimento” causado pelo choque da Primeira Guerra, presente na perspectiva melancólica do autor alemão, não corresponde ao que ela chama de “guinada subjetiva” ocorrida nas décadas de 1970 e 1980, quando a valorização do testemunho⁹ como ponto de vista e a reconstituição da vida passaram a reivindicar espaço nos meios acadêmicos. Sarlo reconhece que nesse período surgiram condições ideológicas favoráveis à emergência da memória e da subjetividade no discurso histórico, devido à necessidade de se reparar “identidades machucadas”. Sua análise contribui para a compreensão dos estudos da Unidade Popular pelo fato de eles serem reflexões feitas por autores-protagonistas que recorrem constantemente ao discurso em primeira pessoa, como será abordado a seguir com base em uma seleção de livros que se tornaram referências historiográficas sobre o tema.

De forma semelhante ao que ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial – quando a revelação dos campos de concentração nazistas trouxe à tona também os testemunhos dos seus sobreviventes, tendo em vista a ausência de demais indícios materiais ou textuais apagados pelos “inimigos” –, as ditaduras latino-americanas foram enfrentadas e julgadas com base em depoimentos de suas vítimas. Para Sarlo, a supervalorização da experiência desempenhou um importante papel nos julgamentos jurídicos e na reparação de danos causados pelos regimes totalitários e autoritários. No entanto, a autora se preocupa com o fato de essa tendência testemunhal ter sido incorporada pelas esferas acadêmicas:

Muito do que foi escrito sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina (e também em outros países da América Latina), em especial as reconstituições baseadas em fontes testemunhais, pertence a esse estilo. São versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas¹⁰.

O livro de Beatriz Sarlo, *Tempo passado* (cujo título no singular alude à tendência à homogeneização do discurso), contraria a experiência enquanto aspecto redentor da história; indica, assim, o risco de que sua forte presença no trabalho do historiador elabore versões homogeneizadas que desconsidere as contradições que enriquecem os debates historiográficos. Destacando problemas que a primeira pessoa pode trazer ao estudo da história, a autora critica o tom de “verdade” desses testemunhos, que, em vez de reavivar as utopias, podem gerar modelos explicativos fechados e de pouca complexidade. Assim, essa “guinada subjetiva” aparece, segundo Sarlo, acompanhada por limites em direções distintas: “[...] o potencial em primeira pessoa para reconstituir a experiência e as dúvidas que o recurso à primeira pessoa gera quando se coloca no ponto onde parece mover-se com mais naturalidade: o da verdade dessa experiência”¹¹. E, como a autora conclui, a própria ideia de verdade já é um problema.

Todas essas implicações da subjetividade e da memória, expostas por Sarlo, vão ao encontro da preocupação de Hobsbawm e do seu questionamento sobre como se deve fazer a história do tempo presente. Quais seriam as implicações decorrentes do fato de um pesquisador escrever sobre algo que viveu? E no caso de o analista ser também um sujeito histórico atuante no período que pesquisa, será possível – ou ainda desejável – manter certa “neutralidade” na descrição do ocorrido? Nesse caso, um sujeito que influenciou o desenrolar dos processos históricos consegue perceber sutilezas e contradições visíveis a um historiador mais jovem ou ausente do cenário dos fatos?

De forma semelhante ao que propõe Beatriz Sarlo em relação à Argentina, a historiografia sobre a Unidade Popular é acompanhada por uma faceta testemunhal. Embora, em sua maioria, os livros aqui selecionados sobre o período, todos situados no campo das esquerdas, não optem pela narração em primeira pessoa ou pelo rótulo de testemunho, em muitos momentos as análises políticas e sociais são entrecortadas por argumentos resultantes da presença dos autores no local e no tempo dos fatos, estratégia que reforça as respectivas teses defendidas. Pretende-se, assim, destacar como, mesmo com a opção pela reflexão, a categoria de autor-protagonista marca o prevailecimento de determinado tipo de análise histórica.

Ciente da forte presença do testemunho nos escritos sobre o governo da UP, o historiador Julio Pinto Vallejos expõe, na apresentação de *Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular*¹², a tentativa de fazer um livro “mais historiográfico que testemunhal”, embora admita que, pelo fato de alguns de seus autores terem participado do processo estudado, essa dimensão não esteja de todo ausente. Composto por oito artigos sobre temas distintos, muitos dos quais de historiadores que eram jovens no início dos anos

1970, é perceptível certo distanciamento e o apoio em fontes historiográficas de época. Essa opção metodológica, segundo Pinto Vallejos, teria a função de sanar uma espécie de ausência bibliográfica na sociedade chilena, conforme se percebe na fala do organizador sobre a obra:

Assim, entende-se que o tom dos artigos oscile incessantemente entre o ensaístico e o propriamente monográfico. Mas, ao colocar ênfase nesse segundo enfoque, gostaríamos de atestar nossa convicção de que, além de algumas indiscutíveis contribuições, nossa disciplina está em dívida com o período da Unidade Popular. Já é hora, ainda que muitas paixões que ela despertou continuam tão vivas como antes (e talvez justamente porque continuam vivas), que a historiografia comece a se ocupar com mais força de um período que marcou tão profundamente nossa história recente e nossa convivência atual¹³.

Esse parágrafo da apresentação da obra, ao reivindicar espaço para uma análise mais “monográfica” e menos “ensaística” (estilo por excelência dos textos de protagonistas da UP), abre caminho para o primeiro artigo, “Fazer a revolução no Chile”, igualmente escrito por Pinto Vallejos. Isso porque, nesse segundo texto o autor toca em um tema muito polêmico: as fissuras internas da Unidade Popular. Para ele, a “via chilena ao socialismo” tinha uma finalidade comum, mas muitas respostas para a pergunta “Como fazer a revolução?”. Tratava-se de um projeto frágil e fragmentado, razão à qual o historiador atribui o fracasso da aliança partidária de esquerda.

Publicado em 2005, quinze anos após o fim da ditadura chilena, a distância temporal entre o livro e os fatos e a não participação de seu organizador no governo de Allende são fatores que colaboram para que Pinto Vallejos não defenda uma ou outra corrente da Unidade Popular. Para ele, foi justamente a falta de uma coerência, de uma verdadeira união, o fator responsável pela vitória da direita:

Nenhuma das vertentes revolucionárias [gradualistas e rupturistas] logrou, por fim, confirmar plenamente seus postulados, nem atrair suas alas a um setor claramente majoritário do universo esquerdista ou popular. E a derrota, em cuja gênese incidiu significativamente essa mesma dinâmica de desunião, golpeou ambas por igual, com efeitos igualmente devastadores¹⁴.

Essa análise difere consideravelmente de outras produzidas logo após o golpe de 1973 que, com o claro objetivo de denunciar as ações golpistas da direita chilena e/ou de estabelecer um balanço interno sobre as causas da derrota, acabaram por endossar uma linha ou outra entre as que estavam no poder durante os anos da Unidade Popular.

Se as dissidências da “via chilena” fizeram dela um projeto frágil, o autor argumenta, porém, que havia um sólido ponto de convergência entre suas vertentes: o projeto de se chegar ao socialismo. Essa vontade e a perspectiva de que a mudança de regime político era um processo em curso foram marcas da chamada “experiência chilena” e responsáveis pela sensação de um protagonismo histórico compartilhado pela população na época de Salvador Allende. Assim, a questão da experiência aparece nessa obra como o grande legado dos anos da Unidade Popular. Por isso, muitos dos outros artigos escolhidos abordam os movimentos sociais que floresceram nesse período, caracterizado na apresentação de Pinto Vallejos como “mil dias eletrizantes e entranháveis”. Dessa forma, embora toda justificativa introdutória busque negar o enfoque testemunhal nas análises, o título escolhido para o livro, *Cuando hicimos historia*, opta por utilizar a primeira pessoa do plural como agente histórico, sem deixar muito claro quem está incluído no “nosotros” sublimado da frase.

O reconhecimento da tradição testemunhal e da dificuldade em superá-la, expostas por Pinto Vallejos na apresentação, advém da grande quantidade de livros escritos por participantes da Unidade Popular que procuraram, sobretudo, explicar a derrota ou denunciar as ações da direita que culminaram na derrubada de Allende. Alguns anos após o 11 de setembro chileno, vários de seus personagens, em sua maioria no exílio, escreveram longas análises políticas, econômicas e sociais sobre a Unidade Popular. Nesse caso, havia um cenário contemporâneo semelhante ao que Benjamin vivenciava em suas teses sobre história: com o inimigo no poder, conquistado por meio da violência e do autoritarismo, a experiência e sua narrativa poderiam ter um caráter redentor. Além disso, vale lembrar que a “experiência chilena” recém-derrotada, sinônimo da combinação socialismo e democracia, rompeu fronteiras e se tornou um exemplo para as esquerdas de diversos países. Era importante, portanto, não deixar que ela fosse esquecida.

Alberto Aggio, em *Democracia e socialismo: A experiência chilena*, destaca:

Como não poderia deixar de ser, as avaliações sobre o período 1970-73, bem como a discussão em torno da via chilena ao socialismo, encontram-se fortemente marcadas pelo seu traumático desfecho, fazendo com que este passe a ocupar, como fator explicativo, um lugar central e decisivo em boa parte da literatura produzida sobre o período¹⁵.

O autor identifica três vertentes principais, com subdivisões, na historiografia sobre a Unidade Popular: a versão da direita (predominante em artigos da imprensa local), a visão do centro (concebida pela Democracia Cristã) e a da esquerda. Entre esse último grupo, cuja leitura predomina nos meios

acadêmicos atuais, Aggio encontra autores que defendiam o governo deposto e outros que buscaram mapear os equívocos que permitiram a derrubada de Allende, fazendo uma espécie de autocrítica. Para o autor, o que determinava essas posições esquerdistas era, principalmente, o lugar que cada um dos analistas ocupava no governo deposto.

Vale a pena analisar algumas obras escritas por protagonistas da UP que se tornaram referências para o estudo do período. Publicada inicialmente em 1977, *Dialética de uma derrota*, de Carlos Altamirano, constitui ainda hoje uma das principais análises da experiência chilena. Seu autor, que foi secretário-geral do Partido Socialista do Chile quando este era um dos principais pilares da Unidade Popular, propõe uma análise dialética de dois projetos sociopolíticos durante o período de 1970-1973: a intenção de construir uma sociedade socialista e a montagem do fascismo no país. Apesar de sua intenção ser a de “[...] chamar a atenção para as características do regime de tirania que hoje oprime a nossa pátria”¹⁶, ele também analisa os programas do governo Allende, concluindo pela existência de uma omissão das esquerdas derivada das divergências estratégicas para alcançar os objetivos desejados.

A análise de Altamirano, que engloba diversos aspectos da conjuntura da UP e continua a ser citada em trabalhos acadêmicos, deriva de um lugar singular, que é a visão de uma autoridade do partido ao qual pertencia o então presidente, embora entre ele e Allende houvesse divergências. Ela provém da experiência de um ator que foi fundamental no desenrolar dos acontecimentos analisados. Ciente do peso da experiência em sua obra, ele a ressalta já na introdução:

O autor não é escritor nem teórico, mas militante de um partido revolucionário; seu pensamento e posições resultam de uma vivência, em primeiro plano, de todo o processo chileno. Este livro é, virtualmente, um “caderno de anotações” no qual foram colocados – talvez até em desordem – reflexões e julgamentos intensamente vividos e profundamente meditados¹⁷.

No decorrer da análise, o relato em terceira e em primeira pessoa (em geral do plural) se alternam. Da mesma forma, a remissão a dados objetivos e documentos de época – quase sempre atas e testemunhos governamentais e/ou partidários – aparece intercalada a narrativas das “reais” intenções do Partido Socialista, proferidas em tom de testemunho. Da mesma forma, correm paralelos os objetivos de entender o processo em sua complexidade e de reparar uma situação, tendo em vista a amplitude que o livro poderia alcançar principalmente na comunidade internacional. Essa função redentora do relato fica clara no trecho seguinte:

Só após a derrota fomos perceber como o Chile era considerado no mundo inteiro. A imensa solidariedade em torno da tragédia vivida pelo nosso povo está relacionada com o destaque que o Chile conquistou entre as nações. As experiências passadas adquirem ainda maior importância se confrontadas com o Chile atual: um país isolado e repudiado internacionalmente, cuja presença é mantida apenas pela grandiosidade do crime e do terror. Seu enorme desprestígio está brutalmente refletido no isolamento do tirano, que é recebido apenas no covil de alguns congêneres, chegando a incomodar até mesmo os fascistas espanhóis¹⁸.

Com essas palavras, Altamirano deixa explícito que seu livro não é apenas um estudo analítico sobre o governo Allende, embora esse aspecto esteja presente, mas pretende mobilizar forças internacionais que possam pressionar por uma abertura política em seu país. Nessa perspectiva, a narrativa da experiência, que aparece mesclada à análise econômico-social, colabora com a sensibilização em torno dos acontecimentos narrados, visando formar laços de solidariedade entre exilados e esferas de poder internacional. O ato de relatar o que ocorreu, atestado pela presença do autor no cenário da época, pode assim se defrontar com uma situação irreparável quando consideradas somente as possibilidades internas do regime autoritário chileno. O fato de a obra ter sido publicada originalmente na Espanha contribuiu para sua divulgação em esfera global, corroborando essa tese.

Além de recorrer ao seu próprio protagonismo ao realizar o balanço da derrota, é necessário reforçar que Altamirano expõe uma visão institucional das ideias do Partido Socialista, que entraram em conflito com as demais forças da coalizão de esquerda da Unidade Popular. Para ele, a principal razão da derrota estava na própria concepção de uma via pacífica ao socialismo: “A tentativa de percorrer, sem tropeços, o caminho político-institucional, até alcançar o objetivo final, era apenas uma ilusão. Uma frágil ilusão”¹⁹. Esse fato, evidente após a derrocada por meio da ação armada da direita, é discutido pelo autor como algo que já vinha sendo percebido pelo Partido Socialista e, para comprovar sua tese, cita documentos de época redigidos pelo comitê central. Ele declara que: “No decorrer do processo, o PS reiterou inúmeras vezes o seu ceticismo com relação à aplicação de uma via pacífica – sobretudo após a greve patronal de outubro de 1972”²⁰. No entanto, vale destacar que sua opção armada passava pelo controle do Exército nacional, mais do que por uma estratégia “ingênuo” de armar o povo. Assim, ele se mostra bastante crítico também em relação ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR).

Do mesmo período, *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*, publicado no México em 1979, concede autoridade à análise político-econô-

mica pelo fato de seu autor ter sido um protagonista da Unidade Popular. Sergio Bitar – originalmente ligado à Democracia Cristã e membro da *Izquierda Cristiana*, um pequeno grupo associado à UP – foi Ministro da Mineração de Salvador Allende até ser preso, após o golpe de 1973, na Ilha de Dawson e em outros campos de concentração. Exilado a partir de 1974 nos Estados Unidos e, posteriormente, na Venezuela, Bitar se dedica a compor um minucioso relatório sobre os anos da UP, baseando-se principalmente em documentos de época e dados econômicos. A opção pela ênfase na economia impressiona pela “veracidade” atestada pelos números, porém, mesmo com esse enfoque, o aspecto testemunhal interrompe por vezes o relato para reforçá-lo.

Um exemplo da recorrência do autor ao seu lugar de protagonista nos episódios analisados aparece no capítulo “Questionamento da política econômica: Procura de opções”, no qual a crise de 1972 leva Bitar a citar um encontro entre o presidente, os chefes dos partidos da UP e técnicos do governo: a Reunião de El Arrayán. Após a descrição desse evento, ele se propõe a fazer uma “análise crítica”, subcapítulo iniciado com o seguinte trecho: “A participação do autor naquela reunião e sua análise posterior permitem-lhe salientar as conclusões que se seguem”. Percebe-se, portanto, que tão forte quanto os dados econômicos e os documentos políticos, o testemunho aparece como fator legitimador.

Não se pode, porém, afirmar que esse aspecto testemunhal esteja escamoteado na obra de Bitar. O próprio autor, embora não a caracterize como um “testemunho”, ou uma biografia²¹, ressalta o caráter positivo de sua “vivência” para o resultado final. Como um fato que favorece o estudo da Unidade Popular, de suas contradições internas e de sua luta contra a oposição, a presença do narrador na cena é bastante valorizada, como é possível perceber no trecho a seguir:

O envolvimento e a participação do autor no processo vivido no Chile, inclusive como Ministro no Gabinete do Presidente Allende, em determinada etapa, conferem a este trabalho um sentido particular. Em primeiro lugar, os fatos são interpretados dentro de uma perspectiva favorável às transformações, e as relações de causalidade, as concatenações e os progressos são percebidos em referência ao objetivo procurado.

Por outro lado, a vivência direta confere uma importância maior às ações e decisões específicas, à riqueza e complexidade do processo²².

Bitar realiza, assim, uma espécie de confissão ao se colocar em um lugar que não é o da neutralidade, mas sim do lado derrotado pelo golpe militar de 1973. Na realidade, esse posicionamento em um dos polos aparece já no sub-

título do livro, que apóia o presidente morto no 11 de setembro: “Chile com Allende”. De forma semelhante à obra de Altamirano, *Transição, socialismo e democracia* se insere no contexto de denúncia e mobilização internacional em torno do governo autoritário instaurado com o golpe militar. E, nesse sentido, o testemunho amplia a legitimidade do relato.

A importância da experiência vivida pelo autor, reconhecida pela aceitação da obra nos meios acadêmicos da época, é destacada na introdução à edição brasileira, publicada em 1980, de autoria de Celso Furtado. Ressaltando que se trata do “mais importante livro escrito” até então sobre a via chilena ao socialismo, o economista brasileiro justifica essa afirmativa caracterizando Bitar como um membro da Unidade Popular e como uma vítima da ditadura de Pinochet:

Seu testemunho pessoal já seria suficiente para emprestar um elevado valor ao livro. Mas existe bem mais do que isso: desde os primeiros momentos de sua prisão na ilha austral de Dawson ele se debruçou com verdadeira paixão sobre o processo histórico que vinha de ser brutalmente interrompido, consciente de que sua significação transcendia as circunstâncias da história de seu país²³.

Nessa introdução fica clara a importância dos fatos relatados não só para a biografia de Bitar – ou para a de seus conterrâneos –, mas para todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade simultaneamente socialista e democrática. Transcendendo “as circunstâncias da história” nacional, o estudo da Unidade Popular por meio de seus integrantes atinge, segundo Furtado, uma esfera global e atemporal, mantendo vivas as utopias derrotadas.

As análises de Altamirano e Bitar, como foi salientado, se inserem em um contexto pós-golpe militar, no qual lembrar Allende era também se contrapor ao novo governo e suas justificativas para a instauração das perseguições, das torturas e dos assassinatos. Os dois livros, datados da mesma década, tanto dos anos UP como do início da era Pinochet, articulavam um estudo de cunho acadêmico ao tom de denúncia. Dessa forma, o relato deveria “dar voz” aos perseguidos, aos derrotados. As obras desse período evocavam a história recente para mantê-la viva, para reparar, pelo menos no plano teórico, os danos sofridos por aqueles que não mais poderiam falar. Entre eles, o próprio protagonista principal, o presidente Salvador Allende.

Porém, após o fim da ditadura no Chile, em 1990, em que medida esses ensaios com inclinações testemunhais continuam a existir? Que papel desempenham na atual conjuntura política? Que importância, afinal, pode haver em lembrar os anos da Unidade Popular? Retomando o artigo “O presente

como história”, de Eric Hobsbawm, vale questionar as modificações que a passagem do tempo impõe ao estudo da história. Em tempos de utopias tidas como enterradas, como analisar períodos nos quais revolução era uma das palavras de ordem? E será que se dedicar a essa tarefa é lamentar as ruínas, enquanto se voa impreterivelmente para o futuro?

Um livro que se tornou referência recente para o estudo da Unidade Popular é *El gobierno de Salvador Allende*, de Luis Corvalán, cuja primeira edição data de 2003. A análise de alguns pontos dessa obra indica possíveis respostas para as questões do parágrafo anterior. Ao contrário das considerações de Altamirano e Bitar, ela foi escrita com certo distanciamento dos fatos ocorridos no 11 de setembro de 1973, mais precisamente trinta anos depois. Além disso, em tempos de democracia, foi lançada pelo selo editorial LOM, responsável, desde sua criação nos anos 1990, por grande parte das publicações acadêmicas chilenas na área de ciências humanas. Vale lembrar também que, diferentemente de outros títulos aqui abordados, esse pôde ser elaborado e divulgado no Chile, com liberdade para adentrar universidades, movimentos sociais, partidos políticos e outras esferas da sociedade civil.

Em comum com *Dialética de uma derrota e Transição, socialismo e democracia* há o protagonismo de seu autor durante o período tratado: Corvalán era, nessa época, secretário-geral do Partido Comunista, outro pilar fundamental da UP ao lado do PS. Com o golpe militar, assim como Bitar, foi levado à prisão na Ilha de Dawson, de onde partiu para o exílio em 1976. Apesar do caráter de autor-protagonista aproximar Corvalán de Altamirano e Bitar, *El gobierno de Salvador Allende* foi escrito após o fim da ditadura, o que faz com que sua análise interaja com outra realidade histórico-política. Sua intenção e recepção são igualmente diversas, a começar pelo fato de dialogar menos com a comunidade internacional e mais com sujeitos sociais de seu país, em tempos dominados pela dualidade *Concertación versus Renovación Nacional*²⁴. Embora não seja o objetivo aqui discorrer sobre o processo eleitoral chileno atual, cabe enfatizar que os outros arranjos possibilitados pela abertura ainda estão em disputa. Esses aspectos e o distanciamento temporal introduzem novos questionamentos em torno da memória sobre os anos da Unidade Popular.

Em suas “palavras preliminares”, o autor justifica a pertinência da obra: “A luta pela verdade e pela justiça suporta a preocupação e o empenho permanentes contra o esquecimento e a impunidade dos crimes, o dever de preservar a memória histórica”²⁵. De forma semelhante à perspectiva benjaminiana, que se afirma na denúncia da violência do vencedor para que ela não se torne uma virtude, o autor mostra nesse trecho a intenção de não deixar que a impunidade triunfe. Assim, a memória e sua implicação para a história seriam um instrumento para se buscar a verdade e a justiça; no caso, uma “prova”

no processo de condenação dos culpados. E, nesse contexto, a presença do testemunho (ou da narrativa) é fundamental para se lembrar o que “de fato” ocorreu. Essa frase citada de Corvalán vai ao encontro da “guinada subjetiva” que Beatriz Sarlo constatou nos períodos de abertura das ditaduras latino-americanas:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade²⁶.

A inserção da memória como um meio de se atingir a justiça fica ainda mais evidente quando se retoma o processo de julgamento de Augusto Pinochet, ocorrido justamente no início do século XXI, quando o livro é escrito. O ex-ditador chileno, preso em 1998 em Londres por seus crimes cometidos contra a humanidade, acabou libertado em menos de dois anos por razões de saúde e poupado por Margareth Thatcher de ser extraditado e julgado na Espanha. A polêmica prosseguiu após a extradição para o Chile, em março de 2000, onde alegou insanidade mental para se ver livre das acusações que pesavam contra ele. A luta pela condenação de Pinochet acabou com sua morte em 2006, que impossibilitou o julgamento pelos crimes de terrorismo de Estado. Corvalán opta por lembrar o governo de Salvador Allende justamente no decorrer desses episódios.

Assim como Altamirano e Bitar, Corvalán recorre a documentos de época, hegemonicamente produzidos pela esquerda, muitos dos quais colocados como apêndices da obra para compor a análise político-econômica dos anos da Unidade Popular. Eles colaboram principalmente para reforçar as conquistas do governo Allende expostas no livro. Apesar da autocrítica da esquerda aparecer pontuada em alguns momentos, a exaltação prevalece, assim como a tese de que o Chile passou por dois momentos unidos por uma relação de causalidade: uma revolução (ainda que interrompida durante sua consolidação) e uma contrarrevolução. Nesse sentido, seus argumentos não diferem muito dos já citados em *Dialética de uma derrota* e *Transição, socialismo e democracia*.

Porém, é importante ressaltar que, assim como Altamirano, Corvalán representa a memória de um protagonista, mas também a de um partido cen-

tral da Unidade Popular: o Partido Comunista. Isso faz com que sua versão, sobretudo no que diz respeito à autocrítica, adquira o *status* de porta-voz de uma corrente. Em sua revisão dos fatos, por exemplo, não há a condenação da opção pela via pacífica, argumento presente no texto de Altamirano. O autor é, na verdade, bastante crítico em relação ao Partido Socialista, caracterizando-o como uma linha política discordante dentro da Unidade Popular. Sua argumentação de caráter autocrítico segue na direção de condenar certa tolerância com o fato de a direita ocupar instituições e espaços importantes, como os meios de comunicação:

Nossa resposta aos excessos dos ultrarreacionários foi tão insuficiente que só serviu para demonstrar, nesse terreno, uma assombrosa debilidade. Não se entendeu que a revolução, que dá e deve dar mais liberdade ao povo, não deve permitir, precisamente em defesa dessa liberdade, que a contrarrevolução caminhe. Ao contrário, conduz à sua derrota e à perda da liberdade, como demonstraria mais uma vez a história com o que logo aconteceu em nosso país²⁷.

A passagem do tempo entre os episódios abordados e a produção do relato também não retiraram a ênfase nos aspectos democráticos atribuídos ao governo da Unidade Popular. O fortalecimento do poder popular e da democracia, já presente nos discursos de época, continua ressaltado no texto de Corvalán. Se nas obras de Altamirano e Bitar isso se justificava pela contraposição com o regime ditatorial vigente no final dos anos 1970, no início dos anos 2000 sua retomada pode ser entendida no último subcapítulo do livro: “A luta continua por um Chile verdadeiramente democrático”. Ao destacar que ao menos dois terços dos 15 milhões de chilenos não haviam nascido na época em que se deram os fatos, o autor parece encarnar a figura do narrador de Walter Benjamin: ao relatar sua experiência, mantém viva a dimensão utópica da transição para uma sociedade mais justa e igualitária. Se o processo iniciado por Allende foi interrompido pelo golpe fascista, suas aspirações não morreram durante o ataque ao palácio de La Moneda, e continuam pertinentes mesmo após o triunfo do “grande capital monopolista” (talvez ainda mais do que eram em 1970):

Mas existe gente pobre – pobre em bens materiais e rica em sentimentos nobres –, os chilenos e chilenas que sonham, como Allende sonhou, com um Chile verdadeiramente democrático e um mundo diferente. E ainda que a desesperança imobilize muitos outros, não falta quem se mantenha leal ao legado de Allende e assumo o dever de continuar a luta. Há também chilenos

e chilenas que, sem ter vivido, ou tendo vivido pouco aquele tempo, se guiam por princípios, ideais e objetivos nobres e valiosos, defendem a natureza, repudiam o consumismo, são críticos do sistema em seu conjunto e em particular da manipulação dos meios de comunicação, da mediocridade e vulgaridade que exibem os programas de televisão, das propinas e dos salários e sobressalários milionários²⁸.

A ideia de “legado” do estudo histórico aparece fortemente nesse trecho. A história traz, dessa forma, nobres princípios do passado “esquecidos” frente à ação de atores que lucram com seu escamoteamento. É preciso lembrar para continuar a luta; no caso dos mais jovens, é preciso conhecer os que vieram antes. Desse modo, é sintomático que o livro evoque em seu título a figura de Salvador Allende, em maior destaque do que a própria Unidade Popular e seus partidos. Na capa da primeira edição são mostrados outros elementos que direcionam a leitura para a “herança” das gerações anteriores, precisamente os óculos do ex-presidente socialista e cartazes dos anos 1970 mostrando crianças sob os dizeres: “a felicidade do Chile começa pelas crianças”.

É possível perceber, assim, um caráter messiânico no estudo da história nessa obra de Corvalán, que une as gerações passadas e futuras. Por meio do entendimento do passado, possibilitado em sua magnitude pela passagem do tempo, renasce a vontade de mudar a sociedade atual. Ao se auto-indagar sobre qual o sentido de retomar a “experiência chilena”, as “utopias” da UP, trinta anos após a “derrubada do governo do presidente Allende”, o ex-secretário do Partido Comunista responde salientando o objetivo contido nas páginas de seu livro:

Nelas invoco a obra realizada, a audaz tentativa de produzir mudanças de base em busca de uma vida melhor para todos e, em primeiro lugar, para os mais despossuídos e necessitados. Destaco o protagonismo do povo, a posição assumida pelos diferentes atores, as dificuldades que surgiram no caminho, as insuficiências e falhas do governo e dos partidos que o apoiaram. E me permito expressar alguns juízos críticos e autocríticos, sob minha própria responsabilidade, produtos das reflexões que merecem os acontecimentos vistos à distância que nos separa daquele tempo²⁹.

A ideia de que a memória é uma arma importante para as lutas políticas do presente perpassa a obra de Corvalán. O mesmo acontece em outra obra recente, publicada em 2007, por Patricio Rivas, ex-integrante do Comitê Central do MIR, preso em 1974 pela Dina (a Dirección de Inteligencia Nacional, polícia política da ditadura) e exilado na Europa e em outros países da

América Latina por mais de dez anos: *Chile, un largo septiembre*. Apesar de se diferenciar dos demais livros citados neste artigo por não buscar um ensaio analítico, mas sim um relato memorialístico esparso, é importante abordar esse livro pelo fato de reivindicar a importância da memória da Unidade Popular. No primeiro capítulo, o autor estabelece uma comparação com a extensa bibliografia argentina em torno da ditadura no país vizinho:

É claro que são radicalmente diferentes dos publicados no Chile. Trata-se de textos agudos, reivindicatórios, escritos sem medo nem vergonha. Os textos chilenos, de fato, oscilam entre relatos cheios de culpas, desculpas e mitificações biográficas; entre histórias distorcidas dos “rebeldes da burguesia” e suas “loucuras de juventude” e testemunhos baseados em frases como “agora somos mais maduros” ou “não tínhamos tantas armas”. Diversos clichês que omitem a imagem dos combatentes que enfrentaram a ditadura militar e morreram nas salas de tortura, em guerrilhas rurais ou ações urbanas, ou lutaram em mobilizações sociais, políticas ou morais. Penso que a pior morte é a morte da memória³⁰.

Esse “desabafo” de Rivas bate de frente com os ensaios aqui citados, a começar por seu formato (devido à opção por uma reunião de fragmentos de memória em detrimento da análise política). Ele mostra, porém, que entre as memórias dos vencidos, evocada por Benjamin, há um amplo grupo de vertentes que, de certa forma, provêm das divergências internas já existentes durante o governo da Unidade Popular. Passados pouco mais de vinte anos do fim da ditadura, as feridas continuam abertas na sociedade chilena. Mais do que uma indisposição para lembrar, como sugere o ex-dirigente do MIR, pode-se dizer que a historiografia (e outros textos localizados no limite entre a análise e o relato memorialístico) demonstra conflitos. O primeiro e mais evidente deles é com a direita chilena, que esteve anos seguidos no poder e reativou sua força ao recuperar a presidência em 2010. O segundo, perceptível pela confrontação de ideias entre as obras aqui analisadas, é a celeuma interna nas esquerdas, cuja derrota ainda é um tema repleto de traumas.

Neste artigo, demonstrou-se como a questão da experiência perpassa a produção bibliográfica em torno da Unidade Popular. Período em que o Chile esteve em evidência como modelo para as esquerdas mundiais, mas que foi marcado por conflitos internos que resultaram em quase vinte anos de uma violenta ditadura militar, os mil dias da UP constituem um trauma na memória coletiva, que ora é responsabilizado por um “silêncio” (como percebeu Benjamin diante dos horrores da Primeira Guerra Mundial), ora traz à tona relatos testemunhais que carecem, no entanto, de uma análise dentro dos

parâmetros metodológicos consagrados pela historiografia (crítica de Beatriz Sarlo que encontra voz no prefácio de Pinto Vallejos).

A distância dos fatos relatados, se parece grande para uma vida, é muito pequena se pensarmos no estudo da história. As reflexões de Altamirano, Corvalán, Bitar e Rivas, atreladas inevitavelmente ao testemunho, tratam de um tempo ainda presente, um “largo septiembre”, de longa duração. Esse aspecto coloca em evidência a experiência e a memória como esferas indispensáveis ao trabalho desses autores, mas também atribui a elas interpretações diversas. Além dos conflitos individuais do que se quer lembrar e esquecer, há os embates com sujeitos e grupos políticos (como no caso dos partidos integrantes ou apoiadores da UP), que igualmente se esforçam para rememorar alguns acontecimentos e enterrar outros em definitivo. Partindo dessas constatações, Beatriz Sarlo reforça a emoção e os interesses em jogo em obras dessa natureza:

Diante dessa tendência discursiva seria preciso ter em conta, em primeiro lugar, que o passado recordado está perto demais e, por isso, ainda desempenha funções políticas fortes no presente (vejam-se as polêmicas sobre os projetos de um museu da memória). Além disso, os que lembram não estão afastados da luta política contemporânea; pelo contrário, têm fortes e legítimas razões para participar dela e investir no presente suas opiniões sobre o que aconteceu não faz muito tempo³¹.

Compreendendo o sentido moral dessa luta política, a autora declara apenas que é preciso reconhecer as implicações desses testemunhos para o estudo da história. É necessário questionar a confiabilidade dos relatos em primeira pessoa e não perder de vista que a memória implica também em esquecer; portanto, não podem ser considerados um discurso fechado, próximo do que seria uma “verdade”. Citando Susan Sontag, Sarlo argumenta que, embora seja necessário lembrar para entender, não se pode perder de vista que o entendimento deve prevalecer sobre o rememoração. Assim, é necessário reconhecer a importância da experiência tanto quanto considerá-la à luz de outros documentos que possam elucidar o trabalho do historiador, quando possível. Mesmo na ausência de outras fontes, devem-se questionar as análises testemunhais, identificando o lugar de seu autor nos debates políticos do período em que foi protagonista e do período em que escreve sua narrativa.

Apesar de muitas das opiniões de Sarlo contradizerem a função messiânica da narrativa histórica para Walter Benjamin, ambos concordam que elas trazem implicações políticas ao presente. Para o alemão, os que dominam são herdeiros dos que venceram antes, assim como a cultura não é isenta da

barbárie. Portanto, há sempre um conflito político entre aqueles que se dedicam à história, pois “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”³². Da mesma forma, a autora argentina sugere que, no caso da “guinada subjetiva” ocorrida em tempos de abertura política na América Latina, as batalhas do passado continuam em disputa, já que seus protagonistas prosseguem na condição de sujeitos atuantes na sociedade.

No caso dos estudos sobre a Unidade Popular, período marcado por forte sentimento de ineditismo de uma experiência histórica e pela sensação de que a sociedade passava por mudanças radicais, as disputas políticas da época e as contemporâneas aos relatos produzidos elucidam que a necessidade de “fazer história” ainda está presente. Isso ocorre, como lembrou Corvalán, em relação às transformações sociais desejadas por Allende e interrompidas pelo golpe, que mantêm vivas as utopias de se viver em um mundo melhor. Porém, é preciso também criar novas abordagens sobre esses acontecimentos, até mesmo para que eles prossigam politicamente relevantes na atualidade. Essa é uma tarefa de esforço de imaginação e disposição para os novos historiadores.

RESUMO

As reflexões sobre a Unidade Popular no Chile, deposta pelo golpe militar de 1973, foram marcadas pelo caráter testemunhal de seus atores, que recorreram a sua participação no governo para elaborar um discurso explicativo da “derrota”. Destacam-se as obras de Carlos Altamirano, secretário do Partido Socialista, e de Luis Corvalán, secretário do Partido Comunista, que se relacionam diretamente ao campo da memória (tendência latino-americana identificada por Beatriz Sarlo). Novas abordagens, porém, valorizam as transformações da UP que permaneceram em detrimento dos balanços sobre o passado. Entre elas, destaca-se o livro de Julio Pinto Vallejos, cujo título remete à tradição testemunhal: *Cuando hicimos historia*.

PALAVRAS-CHAVE

Unidade Popular; memória e ditadura; historiografia e testemunho.

“*Cuando hicimos historia*”: Testimonies and history about the Popular Unity

ABSTRACT

The reflections about the Popular Unity in Chile, failed because of the *coup d'État* in 1973, have been marked for the testimonial character of their authors, which emphasized their participation in the government to building a defeat's speech. So, it is possible to put in evidence the works of Carlos Altamirano, secretary of the Socialist Party, and Luis Corvalán, secretary of the Communist Party. They can be related to the memory approach (a tendency

in Latin-American historiography identified for Beatriz Sarlo). However, news analyses prefer to value the UP's transformations that rest alive today in the country, instead of evaluate the past. In that way, the Julio Pinto Vallejos's book, *Cuando hicimos historia*, can be mentioned.

KEYWORDS

Popular Unity; memory and dictatorship; historiography and testimony

NOTAS

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. Contato da autora: amaral_carol@yahoo.com.br.

² HOBSBAWM, Eric. “O presente como história”. In HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 243-255.

³ HOBSBAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 247.

⁴ HOBSBAWM, E. *Op. cit.*, p. 255.

⁵ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política* (vol. 1). São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 222-232.

⁶ BENJAMIN, W. *Op. cit.*, p. 223.

⁷ Vale destacar alguns estudos que identificaram a memória como uma zona de conflitos entre sujeitos e grupos sociais. Um dos artigos que marcaram essa discussão foi “A história cativa da memória?”, de Ulpiano Bezerra de Meneses (MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Vértice, 1990). Publicado em 1992 com base na observação da crescente importância atribuída ao campo da memória, nele o autor diferencia-a da história por não ser um conhecimento intelectual, submetido a métodos e preceitos acadêmicos. No entanto, como “construção social”, ela desempenha sobretudo um papel formador de identidades individuais, coletivas e nacionais. Dessa forma, a memória é frequentemente submetida a “ocultações, dissimulações e inversões”, que representam determinados interesses em detrimento de outros. Jacques Le Goff, no livro *História e memória*, também destaca o crescimento das discussões em torno da memória coletiva durante a segunda metade do século XX, inserindo-a no centro das oposições desenvolvimento e subdesenvolvimento; dominantes e dominados. Com isso, o autor atribui a ela a importância de ser um instrumento e um objeto de poder, que pode ser elevado à categoria de monumento. Assim, ele argumenta que: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 471.)

⁸ BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In BENJAMIN, W.. *Op. cit.*, p. 197-221.

⁹ A questão do testemunho e suas implicações para o estudo da história são abordadas por Paul Ricoeur (RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008). Seu uso no trabalho do historiador propõe uma pergunta crucial: até que ponto ele é confiável? O autor identifica, entre outros aspectos, que é a própria pessoa que testemunha quem reivindica para si um grau de confiabilidade ao afirmar “eu estava lá”. Dessa maneira, o indício de que se trata de uma verdade vem do fato de que quem relata presenciou os acontecimentos tratados: portanto, para que sua credibilidade não seja questionada, o depoente (ou o narrador) deve sempre reafirmar sua palavra.

¹⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 14-15.

¹¹ SARLO, B. *Op. cit.*, p. 117.

¹² VALLEJOS, Julio Pinto (Coord.). *Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.

¹³ VALLEJOS, J. P. (Coord.). *Op. cit.*, p. 5-6 (Tradução da autora).

¹⁴ VALLEJOS, J. P. (Coord.). *Op. cit.*, p. 33 (Tradução da autora).

¹⁵ AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: A experiência chilena*. São Paulo: Anna-blume, 2002, p. 28.

¹⁶ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota. Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 10.

¹⁷ ALTAMIRANO, C. *Op. cit.*, p. 10.

¹⁸ ALTAMIRANO, C. *Op. cit.*, p. 48-49.

¹⁹ ALTAMIRANO, C. *Op. cit.*, p. 62.

²⁰ ALTAMIRANO, C. *Op. cit.*, p. 63.

²¹ Neste artigo foi feita a opção por não analisar livros que se caracterizam como biografias ou autobiografias de protagonistas da Unidade Popular. Essa escolha se justifica pelo objetivo principal de identificar de que forma o testemunho está presente em obras que se propõem acadêmicas, priorizando abordagens políticas, econômicas e sociais. Embora muitos livros biográficos também mesquem aspectos testemunhais a dados historicamente apurados, eles se colocam em outro gênero textual. É o caso, por exemplo, do livro de Jaime Suarez B. (SUAREZ B., Jaime. *Allende: Visión de un militante*. Santiago: Jurídica ConoSur, 1992), ministro de governo, assim como Bitar. Nesse caso, o foco é a trajetória política de Salvador Allende, retomada por meio de depoimentos, enquanto os embates políticos em torno da UP são deixados em segundo plano.

²² BITAR, Sergio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 27.

²³ FURTADO, Celso. “Introdução”. In: BITAR, Sergio. *Op. cit.*, p. 5.

²⁴ A *Concertación por la Democracia* e a *Renovación Nacional* são os dois principais agrupamentos políticos atuais do Chile. Ambos foram criados no contexto da abertura política, mais especificamente durante as campanhas em torno do plebiscito de 1988 que decidiu pela não permanência de Augusto Pinochet na presidência por mais dez anos. A *Concertación* é uma aliança de partidos de esquerda, centro-esquerda e centro que esteve no poder desde o fim da ditadura até a vitória de Sebastián Piñera, em 2010, candidato pela *Renovación*. Esta última agremiação partidária, também criada no período antecedente ao plebiscito, é constituída por membros originários do Partido Nacional, da Democracia Radical e da Democracia Cristã, tendo orientações políticas de centro-direita e de direita.

²⁵ CORVALÁN, Luis. *El gobierno Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2003, p. 9 (Tradução da autora).

²⁶ SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 20.

²⁷ CORVALÁN, Luis. *Op. cit.*, p. 270 (Tradução da autora).

²⁸ CORVALÁN, Luis. *Op. cit.*, p. 270 (Tradução da autora).

²⁹ CORVALÁN, Luis. *Op. cit.*, p. 7 (Tradução da autora).

³⁰ RIVAS, Patricio. *Chile, un largo septiembre*. Santiago: LOM, 2007, p. 7 (Tradução da autora).

³¹ SARLO, Beatriz. *Op. cit.*, p. 60-61.

³² BENJAMIN, Walter. “O narrador”. In BENJAMIN, W. *Op. cit.*, p. 229.